

# **BOLETIM INFORMATIVO**

---

**Nº 04 - NOVEMBRO/1995**

# **SBF**



**SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA**

---

**BOLETIM INFORMATIVO DA S.B.F. - Nº 4 - NOVEMBRO 1995**

**Editor**

Oscar J. P. Éboli

**Produção**

Fernando Luiz C.S. Braga  
Hector Mauricio M. Gatica  
Neusa Maria Lucas Martin  
Roberto Carvalho Pereira

**Sugestões deverão ser  
enviadas para:**

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA  
CAIXA POSTAL 66.328  
05389-970 - SÃO PAULO SP  
FONE: (011) 818.6922  
FAX: (011) 816.2063  
E-MAIL: SBFISICA@IF.USP.BR

---

**FICHA CATALOGRÁFICA**

<p>BOLETIM INFORMATIVO DA S.B.F. - Nº 4 - NOVEMBRO 1995 Sociedade Brasileira de Física. São Paulo, SP - Brasil.</p>
---

# SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

## DIRETORIA

1995 - 1997

### Presidente

Francisco Cesar de Sá Barreto

### Vice-Presidente

Carlos Henrique de Brito Cruz

### Secretário Geral

Paulo Murilo Castro de Oliveira

### Secretário

Oscar José Pinto Éboli

### Tesoureiro

Antonio Martins Figueiredo Neto

### Secretária para Assuntos de Ensino

Maria Cristina Dal Pian Nobre

## CONSELHO

### Titulares (1993 - 1997)

Luiz Nunes Oliveira

Carlos Castilla Becerra

Wagner Figueiredo

Belita Koiller

Paulo Murilo Castro de Oliveira (licenciado)

### Titulares (1995 - 1999)

Fernando Claudio Zawislak

Luiz Carlos de Menezes

Cylon E. T. Gonçalves da Silva

Helio Dias

Francisco Castillo Alcaraz

### Suplentes (1995 - 1999)

Anna Maria Pessoa de Carvalho

Paulo Hiroshi Sakanaka

Fernando de Souza Barros

Carlos Ourivio Escobar

Sylvio Roberto Accioly Canuto

# Índice

<b>Editorial</b> .....	5
<b>I. Comunicados da Diretoria e Conselho</b> .....	7
I.1 Normas da SBF para Organização e Realização de suas Reuniões Tópicas e Escolas Jorge André Swieca .....	7
I.2 Relatório sobre as Reuniões Científicas da SBF no período Julho 1993 a Julho 1995 .....	9
I.3 Seguro Multi-Saúde Bradesco-Empresa/SBF .....	11
I.4 Conjunto Comercial da SBF .....	12
I.5 Gestões junto ao CNPq .....	12
I.6 Endereços dos Membros da Diretoria e Conselho .....	16
<b>II. Comunicado das Agências Financeiras</b> .....	19
II.1 Comitê Assessor de Física (CAFA) do CNPq.....	19
II.2 Reunião Capes e Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Física .....	20
II.3 Informações sobre a XXX Reunião Ordinária Conselho Técnico-Científico da CAPES .....	24
II.4 Carta do Presidente da CAPES, .....	27
<b>III. Armas Nucleares</b> .....	29
<b>IV. Rede Latino-Americana de Física</b> .....	33
<b>V. Artigos</b> .....	35
<b>VI. Datas - Simpósio Comemorativo</b> .....	37
<b>VII. Publicações da SBF no mandato da Diretoria de Julho de 1993 Julho de 1995</b> .....	37

## **Editorial**

*O Boletim da SBF volta a circular. Foi uma longa e indesejável ausência. Os sócios possuem agora três veículos de divulgação de suas opiniões, que são: o Boletim Eletrônico, o Estudos da SBF e o Boletim da SBF. A Diretoria convida todos os sócios a submeterem artigos, curtos ou longos, para qualquer uma destas publicações.*

*O Boletim apresenta nesse número, além de comunicados da Diretoria e Conselho e das agências financiadoras, um relato do Prof. Fernando de Souza Barros (UFRJ) sobre armas nucleares. Na seção de artigos, o Prof. Alair Chaves (UFMG) apresenta um pequeno conto descrevendo as “peripécias” do personagem Nélio Leme, vulgo Nelinho, nos meios acadêmicos e políticos. Uma pequena nota anuncia o Simpósio comemorativo dos 70 anos do Prof. Paulo Leal Ferreira (IFT). A SBF associa-se às homenagens ao Prof. Leal Ferreira.*

*O Editor*

## **I. Comunicados da Diretoria e Conselho**

### **I.1 Normas da SBF para Organização e Realização de suas Reuniões Tópicas e Escolas Jorge André Swieca aprovadas pelo Conselho da SBF na Reunião do dia 9/12/94**

#### **A) Programa de Reuniões da SBF**

As reuniões que fazem parte do calendário regular da SBF são:

(I) Reunião Anual da SBF, em conjunto com a reunião da SBPC, Encontro de Físicos do Norte e Nordeste (anual)

(II) Reuniões Tópicas:

- Encontro Nacional de Física da Matéria Condensada (anual)
- Reunião de Trabalho sobre Física Nuclear no Brasil (anual)
- Encontro Nacional de Física de Partículas e Campos (anual)
- Encontro Brasileiro de Física de Plasmas (bianual)
- Simpósio Nacional de Ensino de Física (bianual)

(III) Escolas de Verão Jorge André Swieca (bianuais)

Três escolas por ano a serem escolhidas pela SBF. Tradicionalmente entre estas encontram-se:

- Física Nuclear
- Física Nuclear Experimental
- Física de Partículas e Campos
- Estrutura Eletrônica de Átomos, Moléculas e Sólidos
- Óptica Não - Linear

#### **B) Apoio Financeiro às Reuniões por parte da SBF**

1) Recebem apoio financeiro da SBF as reuniões que constam de sua programação regular definidas anteriormente. As comissões organizadoras de cada um destes eventos devem solicitar recursos a outras agências financiadoras e enviar cópias destas solicitações ao Secretário Geral da SBF na ocasião da submissão destes pedidos, assim como informar a SBF sobre o andamento e decisões relativas aos mesmos. Como a SBF não é uma agência de fomento, mas repassa verbas da FINEP às reuniões, deverá ser esclarecido a cada comissão organizadora o total de recursos disponíveis, isto é o montante aprovado pela FINEP para cada reunião, com possível atraso de liberação e conseqüente desvalorização, se for o caso.

2) A programação científica de cada evento é de responsabilidade de sua Comissão Organizadora.

3) As reuniões devem continuar sendo curtas (3 a 4 dias) e intensas.

4) Formação da comissão organizadora: Conforme a tradição as assembléias de cada reunião indicarão os nomes da comissão organizadora da reunião seguinte. Esta comissão definirá a comissão de programa que deverá ser constituída de pesquisadores seniores. Se

assim o desejar, a comissão organizadora poderá constituir outras comissões auxiliares, tais como, comissão local, comissão de pedidos de auxílio, coordenadores de grupos de trabalho, etc. A formação destas outras comissões não deve, no entanto, trazer grandes despesas adicionais à Reunião. Cada evento deve ser organizado de forma a prever preferencialmente uma única reunião da comissão organizadora, a fim de evitar gastos, pois os recursos para as reuniões preparatórias fazem parte do orçamento do evento. Sugere-se, tanto da parte da SBF quanto dos órgãos de fomento, que a comissão organizadora e particularmente seu coordenador sejam pesquisadores de prestígio na área e com experiência em organização de congressos.

5) A Secretaria Geral da SBF dará todo o apoio necessário dentro de sua disponibilidade, à organização, divulgação, correspondência, etc., da reunião. A compra de passagens aéreas será centralizada na SBF. Qualquer gasto adicional relativo a serviços de terceiros, impressos, etc., deve ser previamente autorizado pela SBF.

6) Escolha do local: A comissão organizadora poderá sugerir à SBF os possíveis locais (cidade e hotel) para a realização da reunião. A definição sobre o local e a negociação com o hotel deve ser, no entanto, feita pela SBF. Deve ser dada preferência a realização de diversas das reuniões tópicas em um mesmo hotel, com o objetivo de minimizar custos.

7) A Comissão de Reuniões (CR) da SBF deve aprovar o calendário das reuniões e os respectivos orçamentos. Para tal, as comissões organizadoras devem encaminhar suas propostas com a devida antecedência, a fim de serem estudadas em reunião da CR.

8) Seleção de Participantes: Sugere-se que sejam feitos diferentes tipos de seleção: participantes que terão todos os custos pagos pela organização e aqueles aceitos para participação mas sem garantia de apoio financeiro (estes pagariam custos totais ou parciais de transporte e hospedagem nos mesmos preços obtidos pela SBF e comissão organizadora para os demais). Sugere-se também que estudantes que não estejam apresentando trabalho e que não tenham participação ativa em grupos de trabalho sejam direcionados a participarem das Escolas J. A. Swieca. A fim de manter um regulamento uniforme para os diferentes eventos, e seguindo recomendações dos órgãos de fomento, recomenda-se fortemente que não sejam financiados participantes das reuniões tópicas que não estejam apresentando trabalhos, e que exceções a esta norma sejam previamente discutidas junto à SBF.

9) Após as reuniões, as Comissões Organizadoras devem apresentar relatórios científicos e prestação de contas sobre as mesmas à SBF.

10) Taxa de Inscrição: Continuam prevalecendo as regras tradicionais de se cobrar uma taxa de inscrição padrão a todos os participantes das reuniões. Esta taxa pertence à SBF e não à reunião específica.

### **C) Escolas Jorge André Swieca**

Nas reuniões tópicas são propostos temas para Escolas J. A. Swieca e respectivas comissões organizadoras, assim como indicação da necessidade de local específico (principalmente as experimentais). Estas propostas devem ser encaminhadas à SBF no mínimo com um ano de antecedência, com estimativa de custos e linhas gerais sobre a proposta da mesma. Cabe a comissão de reuniões da SBF analisar as propostas e encaminhar sua indicação ao conselho da SBF sobre quais as que deverão ser apoiadas

como parte de seu calendário. A partir de então são válidas as mesmas normas descritas para as reuniões tópicas.

## **I.2 Relatório sobre as Reuniões Científicas da SBF no período Julho 1993 a Julho 1995**

Durante os dois anos do mandato da Diretoria da Sociedade Brasileira de Física, foram organizados e realizados com sucesso 15 eventos científicos, com público total de aproximadamente 5.700 participantes e custos totais de cerca de R\$ 1.150.000,00. A SBF responsabilizou-se por toda a infra-estrutura necessária para a organização e realização dos mesmos, incluindo escolhas de locais, negociações com hotéis, compras de passagens, prestação de contas etc. Os apoios financeiros da FINEP, correspondentes a valores aproximados de cerca de um terço dos custos totais do evento, foram encaminhados, recebidos e repassados diretamente pela SBF à organização dos eventos. A SBF também empenhou-se fortemente, em conjunto com as comissões organizadoras específicas, na obtenção e liberação de recursos de outras fontes financiadoras.

Os eventos do calendário regular da SBF, durante este período, estão listados a seguir, com o número aproximado de participantes e custos totais. Cabe salientar que as reuniões tópicas tiveram sensível aumento de qualidade científica durante este período, tanto do ponto de vista das contribuições nacionais quanto da crescente participação de cientistas renomados vindos do exterior. De uma forma geral, o financiamento de participantes esteve condicionado à apresentação de trabalho.

O único evento programado e não realizado foi a Escola J.A.Swieca de Física Nuclear Experimental. Prevista inicialmente para janeiro de 1995, para realizar-se no Laboratório Tandár ( Buenos Aires), foi adiada por problemas técnicos e posteriormente cancelada por falta de recursos.

Durante este período a SBF responsabilizou-se pelo pedido de apoio à FINEP para os Encontros de Físicos do Norte e Nordeste, que passa a fazer parte do calendário de reuniões da SBF a partir de 1995. Também responsabilizou-se pelo repasse de verba da FINEP ao Evento de Observação do Eclipse de Novembro de 1994. A International Conference on Plasma Physics, realizada em outubro de 1994, foi apoiada pela SBF em gestões junto à IUPAP. Outras reuniões científicas realizadas no país tiveram o apoio da SBF, incluindo apoio de infra-estrutura.

Na Assembléia Geral da IUPAP, realizada no Japão em outubro de 1993, a Delegação da SBF conseguiu eleger o número recorde de 7 membros das diferentes comissões da IUPAP encarregadas das conferências internacionais por ela promovidas.

Os recursos da FINEP para os demais eventos da SBF para o ano de 1995 (reuniões tópicas de física nuclear, partículas e campos, física de plasmas, e do encontro de físicos do norte e nordeste) foram garantidos por esta gestão.



**Reuniões Científicas da SBF  
Julho 1993 a Julho 1995**

Evento Científico	Período	Participantes	Custo Total R\$ 1000
Reunião de Trabalho sobre Física Nuclear no Brasil	09/93	250	60
Encontro Nacional de Física de Partículas e Campos	10/93	220	55
Encontro Brasileiro de Física dos Plasmas	11/93	120	30
Escola J. A. Swieca de Óptica Quântica e Óptica Não - Linear	02/94	120	40
Encontro de Pesquisadores em Ensino de Física	05/94	100	25
Encontro Nacional Física da Matéria Condensada	05/94	1.200	300
Reunião Anual da SBF	07/94	400	15
Escola J. A. Swieca de Estrutura Eletrônica	07/94	100	40
Reunião de Trabalho sobre Física Nuclear no Brasil	09/94	250	60
Encontro Nacional Física de Partículas e Campos	10/94	250	60
Simpósio Nacional de Ensino de Física	01/95	800	60
Escola J. A. Swieca de Física Nuclear Teórica	02/95	100	30
Escola J. A. Swieca de Física de Partículas e Campos	02/95	100	30
Encontro Nacional Física Matéria Condensada	05/95	1.300	320
Reunião Anual da SBF	07/94	(400)	20

### I.3 SEGURO MULTI SAÚDE BRADESCO-EMPRESA/SBF

Dando continuidade à implementação de novos benefícios aos nossos associados foi lançado em 06/06/1995 o Seguro Saúde SBF/BRADESCO, durante a cerimônia de abertura do XVIII Encontro Nacional de Física da Matéria Condensada que se realizou em Caxambú-MG. Durante o encontro foi possível constatar a repercussão positiva da iniciativa entre uma parcela representativa de nossos associados além de coletar sugestões de modificações visando aperfeiçoar a proposta apresentada. Uma das modificações foi a inclusão da Assistência Pessoal Saúde Bradesco que conseguimos sem custo adicional. A seguir apresentamos a proposta definitiva do seguro saúde que será oferecida a todos nossos associados.

O Seguro Saúde oferecido pela SBF através do BRADESCO dá acesso a médicos, hospitais, clínicas e laboratórios da rede referenciada do BRADESCO em todo o Brasil, além de cobertura para consultas, exames, internações e cirurgias de grande porte. O seguro prevê ainda a possibilidade de reembolso fora da rede referenciada de acordo com a tabela da Bradesco Seguros. Outras vantagens do seguro são:

- \* 365 dias de internação no ano, inclusive UTI,
- \* as internações serão em quarto com banheiro privativo;
- \* tratamento por rádio, químico e imunoterapia (para doenças neoplásicas);
- \* cobertura para gravidez e parto;
- \* cobertura para tratamento de doenças crônicas, congênitas, preexistentes e infecto-contagiosas, incluindo AIDS;
- \* acomodação e alimentação fornecidas pelo hospital para acompanhante de menor de 14 anos internado;
- \* atendimento imediato em casos de acidentes pessoais;
- \* Assistência Pessoal Saúde Bradesco, que presta socorro imediato em casos de doença e outros imprevistos de ordem pessoal, no Brasil e no exterior;
- \* todos esses benefícios sem nenhuma carência.

Para ter o seguro saúde da SBF basta ser sócio, ter no máximo 65 anos podendo incluir no seguro, como seus dependentes, cônjuge, filhos solteiros de até 21 anos, universitários de até 24 anos e filhos inválidos de qualquer idade.

E mais, o custo do seguro é único, R\$ 56,20, independente da idade, isto quer dizer que não há variação de valor devido a diferentes faixas etárias.

Outra vantagem obtida oferecida pela SBF é que o pagamento deverá ser feito utilizando qualquer cartão de crédito do sistema VISA.

A condição imposta pelo BRADESCO para que o seguro saúde seja implementado e que a apólice tenha no mínimo 500 participantes entre titulares e dependentes.

O BRADESCO esta enviando uma proposta de adesão para todos sócios da SBF visando constituir o grupo mínimo de 500 participantes.

Todas as adesões serão centralizadas pela Concessionária Saúde Bradesco (telefones: 011-454-9526 e 011-412-3299) que poderá dar maiores informações sobre o seguro saúde além de avisar os participantes quando da sua implementação

## **I.4 CONJUNTO COMERCIAL DA SBF**

É com grande satisfação que informamos aos sócios da Sociedade Brasileira de Física que em 29/03/95 a SBF adquiriu 04 salas comerciais ocupando integralmente o décimo quarto andar do Edifício Paulista Trade Center, situado a Av. Bernardino de Campos 130, Paraíso, SP. Cada sala possui área útil de 45,2 m<sup>2</sup>, área comum de 28,82 m<sup>2</sup> e garagem privativa de 20,34 m<sup>2</sup>, com área total de 94,37 m<sup>2</sup>. O edifício Paulista Trade Center está situado em uma das regiões mais valorizadas da cidade de São Paulo, estando localizado a 50 metros da estação do metrô "Paraíso" e atrás do Shopping Center Paulista.

O valor pago pela SBF pelas 04 salas foi de R\$ 260.000,00 pagos a vista em 29/03/95, data na qual foi lavrada escritura pública de venda e compra (Quarto cartório de notas da capital, Rua Estados Unidos, 737) dando posse do imóvel a SBF. A escritura foi encaminhada para registro junto ao primeiro cartório de registro de imóveis.

Os recursos utilizados pela SBF para concretizar esta operação foram oriundos de economias acumuladas nos últimos quatro anos e dos recursos provenientes do projeto do cartão de crédito SBF/BRADESCO/VISA. A aquisição de um imóvel comercial de valor aproximado ao dispendido nesta operação havia sido aprovado pelo conselho da SBF em sua reunião ordinária de 09/12/94.

A SBF manterá sua sede no IFUSP, sendo que as salas comerciais deverão ser alugadas gerando recursos próprios para a SBF. A aquisição deste imóvel consolida a situação patrimonial de nossa entidade abrindo perspectivas para novos projetos visando beneficiar nossos associados.

## **I.5 Gestões junto ao CNPq**

Belo Horizonte, 24 de Maio de 1.995

Exmo. Sr.  
Prof. José Galizia Tundisi  
DD. Presidente do CNPq  
Fax (061) 273-0735

Prezado Senhor Presidente,

REF.: Política de tetos nas Bolsas de Pesquisas do CNPq.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, tem estabelecido padrões e referenciais para toda a comunidade de pesquisadores do país. A sua relevância extrapola as fronteiras do país e ele tem o reconhecimento de instituições similares do exterior. Um referencial análogo, foi estabelecido pela CAPES para os cursos de Pós-Graduação das instituições brasileiras. Desde a sua fundação o CNPq tem podido contribuir de forma decisiva para que a ciência no Brasil pudesse ocupar a posição de destaque que ela tem hoje, de acordo com padrões internacionais. O CNPq é portanto, uma instituição estrategicamente importante para o país.

Historicamente, o CNPq tem sido a referência para toda a comunidade de pesquisadores, sendo com orgulho que membros da comunidade referem se a si próprios como

pesquisadores de determinado nível do CNPq. Este critério tem o reconhecimento da comunidade, pois a qualificação dos pesquisadores é feita seguindo normas estabelecidas dentro da própria comunidade, e a avaliação pelos pares é realizada com base exclusivamente no mérito.

As principais linhas de atuação que definem o perfil do CNPq têm sido a política de concessão de bolsas, o fomento à pesquisa através da linha de financiamento de auxílio ao pesquisador e a manutenção de uma estrutura própria de Institutos de Pesquisa que vem se mostrando um importante instrumento para alavancar, junto com as Universidades Públicas, o desenvolvimento científico e tecnológico do país. A linha de fomento reduziu sua atuação a níveis irrisórios. O Conselho ensaia novos passos nessa linha, procurando reverter o quadro e recuperar os financiamentos em níveis que possibilitem pelo menos assegurar a existência dessa linha de fomento. Desprovido dessa importante linha de atuação, o CNPq se sustenta no presente fundamentalmente em sua política de Bolsas.

É inquestionavelmente através da bolsa de pesquisa do CNPq que se tem possibilitado o estabelecimento, no país, de uma carreira científica. A concessão de uma bolsa de pesquisa na proporção de um em cada dez docentes ou pesquisadores das Universidades ou Institutos de Pesquisa garante que realmente a bolsa é concedida, seguindo critérios rígidos, a pesquisadores atuantes e merecedores. Se alguma injustiça é cometida, ela é no sentido de se deixar fora do sistema pesquisadores competentes, e não no de uma concessão indevida. O CNPq tem promovido sistematicamente uma expressiva renovação do seu contingente de bolsistas. A Bolsa de Pesquisa é, portanto, concedida a pesquisadores que lideram a pesquisa no Brasil.

A política de tetos agora proposta pelo CNPq subverterá a política de concessão de bolsas de pesquisa calcada no julgamento por mérito. A médio prazo, a ausência deste mecanismo de estímulo levará vários cientistas a abandonarem o sistema de Bolsas de Pesquisa devido aos valores irrisórios. No momento em que as conjunturas políticas induzem aposentadorias precoces, a política de tetos será o estímulo final para o abandono definitivo das atividades de pesquisas para muitos. Além disto, a política de tetos descaracteriza a Bolsa de Pesquisa subvertendo a ordem de níveis. Serão comuns situações em que os pesquisadores de níveis mais elevados estarão percebendo uma Bolsa menor do que a de bolsistas de níveis inferiores. A política de tetos caracteriza a Bolsa como uma complementação salarial, e como consequência a proposta de que a Bolsa se transforme em salário será inevitável.

A política de tetos para as Bolsas de Pesquisa poderá portanto descaracterizar o CNPq como instituição de referência para a comunidade científica do país.

Por todos esses motivos, a Sociedade Brasileira de Física - SBF, solicita que o Conselho Deliberativo - CD - do CNPq reavalie a decisão de implantação da política de tetos, de tal forma a não prejudicar a sua carreira de pesquisa já consagrada junto á comunidade científica.

Atenciosamente,

Prof. Francisco César de Sá Barreto  
Presidente da Sociedade Brasileira de Física - SBF

OF.DCT. 081 /95

Brasília, 08 de junho de 1995

Ilmo. Sr.  
Prof. FRANCISCO CÉSAR DE SÁ BARRETO  
Presidente da Sociedade Brasileira de Física  
Secretaria Geral  
Caixa Postal 66328  
05389-970 - São Paulo - SP

Senhor Pesquisador,

Em atenção à correspondência de V.Sa. sobre a reformulação do sistema de bolsa de produtividade em pesquisa, objeto do OF.circular/DCT 048/95, informo que o assunto foi levado ao Conselho Deliberativo na reunião de 18/05/95. Foi então criado um grupo de trabalho para fazer uma avaliação do novo sistema de Bolsas de Produtividade em Pesquisa a fim de promover os necessários ajustes. Os resultados dessa avaliação e seu impacto sobre a sistemática do cálculo do valor das Bolsas serão divulgados proximamente.

Atenciosamente,

MARISA CASSIM  
Diretora de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

**CNPq**  
**Conselho Nacional de Desenvolvimento**  
**Científico e Tecnológico**

OF.PR 1139/95

Brasília, 04 de setembro de 1995

Senhor Pesquisador,

Conforme foi informado a V.Sa, através do OF.Circular.DCT.048195, o **CNPq implementou uma reformulação no seu sistema de Bolsas de Produtividade em Pesquisa**

Em maio de 1995, foi criado um grupo de trabalho para fazer uma avaliação do novo sistema a fim de promover os necessários ajustes.

Em julho de 1995, o CNPq reformulou a sistemática de cálculo do valor da bolsa que será feito de acordo com a tabela padrão, abaixo, exceto nos seguintes casos:

os bolsistas que pertencem a instituição ou sistema de instituições que tenha em sua tabela de remuneração, na posição funcional mais elevada, uma variação acima de 20% (vinte por cento), para menos ou para mais, em relação à posição funcional mais elevada da tabela das universidades federais (IES) em regime de dedicação exclusiva (I)E), terão uma correção de 50% (cinquenta por cento) para mais ou para menos, respectivamente, no valor do nível em que se enquadram na tabela padrão.

o bolsista tem mais de uma fonte de remuneração regular, por vínculo ou aposentadoria. A bolsa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do nível em que o bolsista se enquadra na tabela padrão. Este dispositivo aplica-se a todos os bolsistas, independentemente da instituição de origem.

SIGLA	CATEGORIA/NÍVEL	VALOR BASE (R\$)
PQ	IA	1.140,97
	IB	1.077,59
	IC	1.014,20
	IIA	919,12
	IBB	887,42
	IIC	824,04

A implementação da presente sistemática aplica-se aos bolsistas com bolsas em vigência a partir de 01 de março de 1995. As demais mantêm seus valores atuais até seu término, quando, se renovadas, enquadrar-se-ão na nova sistemática.

Na oportunidade, informo a V.Sa. que o CNPq tem feito um esforço concentrado para aperfeiçoar e aprofundar a metodologia de avaliação de solicitações de todos os tipos de

auxílios e bolsas. Neste sentido, estamos, mais uma vez, solicitando a valiosa cooperação de V.Sa. para enviar o parecer "ad hoc" dentro de um prazo máximo de 20 dias, após o recebimento do processo. Recordo que é obrigação dos bolsistas do CNPq contribuir para melhorar a avaliação de todos os processos a ela pertinentes. Ainda neste ano daremos início ao processo de avaliação do trabalho de consultoria "ad hoc", procurando identificar aqueles que realmente contribuem para a melhor análise e julgamento das solicitações dirigidas ao CNPq. Consideramos que os consultores que não respondem ou o fazem de maneira superficial, deverão sofrer restrições no acesso aos benefícios do sistema do CNPq, principalmente no que se refere às Bolsas de Produtividade em Pesquisa.

Com os cumprimentos

José Galizia Tundisi  
Presidente

## **I.6 Endereços dos Membros da Diretoria e Conselho**

### **Diretoria (mandato 1995-1997)**

Cargo:Presidente

Francisco Cesar de Sá Barreto  
Caixa Postal 702 - 30161-970 - Belo Horizonte - MG  
e-mail: sbarreto@fisica.ufmg.br

Cargo: Vice-Presidente

Carlos Henrique de Brito Cruz  
Caixa Postal 6165 - 13081-970 - Campinas - SP  
e-mail: brito@if.unicamp.br

Cargo Secretário

Paulo Murilo Castro de Oliveira  
Caixa Postal 100296 - 24001-970 - Niterói - RJ  
e-mail: gfipmco@vmhpo.uff.br

Cargo: Secretário

Oscar José Pinto Éboli  
Caixa Postal 66318 - USP - 05389-970 - São Paulo - SP  
e-mail: eboli@snfma1.if.usp.br

Cargo: Tesoureiro

Antonio Martins Figueiredo Neto  
Caixa Postal 66318 - USP - 05589-970 - São Paulo - SP  
e-mail: afigueiredo@if.usp.br

Cargo: Secretária de Ensino

Maria Cristina Dal Pian Nobre

Univ.Federal do Rio Grande do Norte - 59072-970 - Natal - RN  
e-mail: dalpian@ncc.ufrn.br

**Conselho (mandato 1993-1997)**

**Titulares**

Luiz Nunes de Oliveira  
Caixa Postal 369 - 13560-970 - São Carlos - SP  
e-mail: luizno%uspjsc@brfapesp.bitnet

Carlos Castilla Becerra  
Caixa Postal 66318 - USP - 05589-970 - São Paulo - SP  
e-mail: cbecerra@if.usp.br

Wagner Figueiredo  
Caixa Postal 676 - 13560-970 - São Carlos - SP  
e-mail: fsc1wfg@brufsc.bitnet

Belita Koiller  
Caixa Postal 68528 - 21949-900 - Rio de Janeiro - RJ  
e-mail: bk@if.ufrj.br

Paulo Murilo Castro de Oliveira  
Caixa Postal 100296 - 24001-970 - Niterói - RJ  
e-mail: gfipmco@vmhpo.uff.br

**Conselho (mandato 1995-1999)**

**Titulares**

Fernando Claudio Zawislak  
Caixa Postal 15051 - 91501-970 - Porto Alegre - RS  
e-mail: zawislak@if1.ufrgs.anrs.br

Luiz Carlos de Menezes  
Caixa Postal 66318 - USP - 05589-970 - São Paulo - SP  
e-mail: menezes@if.usp.br

Cylon E. T. Gonçalves da Silva  
Caixa Postal 6192 - 13081-970 - Campinas - SP  
e-mail: cylon@mvx3100.lnls.ansp.br

Helio Dias  
Caixa Postal 66318 - USP - 05589-970 - São Paulo - SP  
e-mail: heliodias@if.usp.br

Francisco Castillo Alcaraz  
Caixa Postal 676 - 13560-970 - São Carlos - SP  
e-mail: alcaraz@power.ufscar.br



**Suplentes do Conselho (mandato 1995-1999)**

**Suplentes**

Anna Maria Pessoa de Carvalho  
Faculdade de Educação Depto de Metodologia USP - 05508-900  
e-mail

Paulo Hiroshi Sakanaka  
Caixa Postal 6165 - 13081-970 - Campinas - SP  
e-mail: sakanaka@if.unicamp.br

Fernando de Souza Barros  
Caixa Postal 68528 - 21949-900 - Rio de Janeiro - RJ  
e-mail: fsbarros@if.ufrj.br

Carlos Ourivio Escobar  
Caixa Postal 66318 - USP - 05589-970 - São Paulo - SP  
e-mail: escobar@if.usp.br  
Sylvio Roberto Accioly Canuto  
Caixa Postal 66318 - USP - 05589-970 - São Paulo - SP  
e-mail: canuto@if.usp.br

## II. Comunicados das Agências Financiadoras

### II.1 Comitê Assessor de Física (CAFA) do CNPq

O CNPq fomenta projetos de pesquisa individuais, portanto os julgamentos são feitos com base na produção científica do solicitante, respeitada a especificidade da área e considerando o mérito do projeto. Esta produção científica será medida pelos trabalhos publicados ou aceitos para publicação em revistas internacionais indexadas. Em princípio, não serão considerados outros indicadores tais como trabalhos apresentados em congressos. O CA/FA, no entanto, está ciente das dificuldades de generalização deste critério objetivo a todos os casos e em diferentes áreas. Como exemplo de casos em que um critério de julgamento adicional se faz necessário, pode se listar:

a) participação em grandes experiências internacionais, com grande número de autores de uma mesma publicação: nestes casos, o CA/FA, levará em conta a existência ou não de produção científica adicional realizada no país

b) projetos de cunho tecnológico, cujos resultados usualmente não se traduzem em publicações científicas;

c) casos em que se verifique algum hiato na produção científica, como por exemplo a implantação de novos laboratórios ou experimentos, que normalmente demandam um considerável tempo prévio à divulgação de resultados. Nestes casos o solicitante deve fornecer de forma clara, objetiva e sucinta as informações pertinentes. Além da produção científica outro ponto considerado pelo CA/FA é a atividade de formação de pessoal, a nível de pós graduação. O critério adotado para avaliar este ponto é novamente a produção científica medida pelas publicações internacionais oriundas dos trabalhos de tese, de autoria do solicitante em conjunto com o respectivo estudante.

Quanto a concessão de bolsas de pós-graduação no exterior, considerando o elevado grau de desenvolvimento dos cursos no país, o alto custo e o baixo rendimento médio deste programa em comparação com o de pós-doutoramento no exterior, o CA/FA adota como condição necessária a excelência tanto do candidato quanto da instituição no exterior, especificamente sua tradição na formação de pesquisadores a nível de pós-graduação.

Atualmente há 626 bolsistas de pesquisa em Física e Astronomia distribuído por categoria da seguinte forma:

Nível	%
IIC	23.4
IIB	26.9
IIA	14.9
IC	14.8
IB	9.8
IA	10.1

Na reunião do CA/FA de maio de 1995, para uma demanda de 261 pedidos de bolsas novas e renovações, a quota disponível foi de 128 bolsas. Foram recomendados favoravelmente 194 destes pedidos distribuídos por categoria da seguinte forma:

Nível	%
IIC	18.2
IIB	23.2
IIA	22.4
IC	13.1

IB	12.3
IA	10.8

O atendimento Integral destas recomendações depende de disponibilidade ora sob análise da diretoria do CNPq.

O CA/FA propôs à diretoria do CNPq a instituição de uma nova modalidade de fomento, o programa TOP (Taxa Operacional de Pesquisa). Trata-se efetivamente de um "grant", com grande versatilidade de aplicação dos recursos por parte do pesquisador. Na reunião de junho de 1995 houve uma demanda para auxílios de 6.8 milhões de U\$, para uma disponibilidade (virtual) de 1.8 milhões U\$. Nesta reunião, foram recomendados 0.4 milhões U\$ para apoio as bibliotecas, considerado prioritário. Na prática, devido a escassez dos recursos, a sistemática de grants já foi adotada na distribuição do restante dos recursos.

O CA/FA, sentindo a necessidade de respostas mais efetivas dos consultores "ad hoc", atualizou o conjunto de nomes destes consultores, e pretende basear suas recomendações fortemente nos pareceres por eles fornecidos. Solicitamos a colaboração dos membros da comunidade no sentido de enviar prontamente estes pareceres ao CNPq.

## II.2 Reunião Capes e Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Física

Brasília 21 de Junho de 1995

No dia 21 de junho de 1995, por iniciativa da Coordenação da Área de Física e convite da Diretoria de Avaliação, ocorreu uma reunião de Coordenadores ou representantes dos Cursos de Pós-graduação em Física, com o objetivo de discutir assuntos de interesse geral, assim como subsidiar critérios para atuação da CAPES.

Estiveram presentes os seguintes participantes:

- |                          |                                |
|--------------------------|--------------------------------|
| - Oswaldo Boffa Fo       | FAMB-USP-Ribeirão Preto        |
| - Marcio F. Colombo      | DF-UNESP-São José do Rio Preto |
| - Mario Engelsberg       | DF-UFPe                        |
| - Ibere L. Caldas        | IF-USP- São Paulo              |
| - Delmiro M. Baqueiro    | DF-UFBa                        |
| - Fernando Cerdeira      | IFGW-UNICAMP                   |
| - Paulo de Tarso Alencar | CPGFIS-UFPa                    |
| - Montserrat F. Pascual  | DF-UFG                         |
| - Milton E. Kayama       | UNESP-Guaratingueta            |
| - Josue Mendes Filho     | DF-UFCE                        |
| - Francisco Emmerich     | DF-UFES                        |
| - Ricardo Berthem        | IF-UFRJ                        |
| - Ricardo Luiz Viana     | DF-UFPR                        |
| - Liderio Iotiatti       | IF-USP-São Carlos              |
| - Jose F. de Sampaio     | DF-UFMG                        |
| - Roberto B. Muniz       | DF-UFF                         |
| - Livio Amaral           | IF-UFRGS                       |
| - Jurgen Stilck          | DF-UFSC                        |

- |                            |                     |
|----------------------------|---------------------|
| - Fernando L. Freire Jr.   | DF-PUC/RIO          |
| - Oscar Hipolito           | IF-USP-São Carlos   |
| - Takeshi Kodama           | IF-UFRJ             |
| - Marisa Roberto           | DF-ITA/CTA          |
| - Sergio J. B. Duarte      | DF-UFPB             |
| - Alfredo P.N. Galvão      | IFT-UNESP-São Paulo |
| - Evandro J. T. A. Gouveia | DF-UFAL             |

Da pauta da reunião constavam os seguintes pontos:

- sistemática de avaliação dos cursos e a possibilidade de internacionalização da mesma;
- política de criação de novos cursos e de realização de cursos em parceria;
- critérios de concessão de bolsas e auxílios viagem;
- intercâmbio internacional;

No período da manhã a reunião foi aberta pelo Prof. Darcy 74 Dillanburg, Diretor de Avaliação da CAPES, que justificando a necessidade de discutir e aprimorar o processo de avaliação destacou: no início dos anos 80 menos de 30% dos cursos tinham conceito A, e aproximadamente 50% dos professores participantes dos cursos de pós-graduação possuíam o título de doutor, no final do ano passado mais de 70% dos cursos tinham conceito A ou B e 84% dos professores são doutores; a CAPES vem desenvolvendo há dois anos um programa de informatização de todas as suas atividades, incluindo novo relatório de coleta de informações para substituir o EXECAPES (que entretanto ainda será utilizado para ano de 1995); a avaliação da pós-graduação deverá integrar-se gradativamente uma avaliação institucional, já implantada em várias universidades; é importante internacionalizar as avaliações, prática amplamente adotada em instituições norte-americanas e europeias; a avaliação deverá abranger também aspectos quantitativos e dar espaço M - auto-avaliação dos cursos; finalmente o Prof. Dillenburg enfatizou a questão que se por um lado a pós-graduação na área de Física mostra, nos últimos vinte anos, muito bons indicadores de crescimento em quantidade e qualidade não houve uma correspondente melhoria do ensino de graduação. Ao contrário, alguns indicadores mostram mesmo uma importante perda de qualidade no ensino de graduação, e assim, o paradigma de duas décadas atrás que dizia que o avanço da pós-graduação necessariamente determinaria uma melhoria na graduação não se mostrou verdadeiro.

Após esse relato do Prof. Darcy, a discussão se restringiu aos pontos relacionados na pauta. Da discussão do primeiro item ficaram estabelecidas as seguintes

#### SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES:

reiterar a posição manifestada na reunião de Coordenadores de Pós-Graduação dos institutos de Física do País (UNB, 10 e 11 de fevereiro de 1995) apoiando como principais indicadores para avaliação dos cursos da área os parâmetros utilizados pelo Comitê de Avaliação, quais sejam:

Número total de orientadores permanentes cadastrados no curso;  
Número total de alunos matriculados nos cursos de mestrado e doutorado;  
Número de teses/dissertações defendidas no ano;  
Número de publicações em revistas indexadas (incluindo BJP)  
Número de publicações (item 4) com participação de alunos de pós-graduação (em especial de alunos do curso de doutorado);  
Número de publicações/Número de orientadores;  
Número de publicações com participação de alunos/Número de teses de doutorado  
Número de publicações com participação de alunos/Número de alunos matriculados;  
Mediana dos tempos de conclusão;  
Elenco e regularidade de oferecimento de disciplinas básicas;  
Parâmetro de impacto das publicações dos itens (4) e (5);  
Percentual de orientadores cadastrados que não apresentam publicações (itens 04 e 05) no período;

que além dos relatórios anuais seja retomada a sistemática de visitas (ao menos bi-anualmente) aos cursos por equipe de avaliação designada pela CAPES. Estas visitas seriam obrigatórias para todos os cursos independente do conceito dos mesmos, e os relatórios das visitas seriam consideradas para estabelecer o novo conceito;

que nos relatórios existissem formal e destacadamente espaço para auto-avaliação dos cursos, de modo que outros indicadores também pudessem ser contemplados quando das avaliações. Nesta auto-avaliação o curso poderia enfatizar particularidades, como por exemplo: integração com problemáticas regionais em mestrados de física aplicada relevância para processos tecnológicos; perfil de absorção pelo setor produtivo e pelo setor acadêmico dos mestres/doutores formados pelo curso; taxa de mestres e doutores formados sem bolsas em relação aos formados com bolsas do sistema CAPES-CNPq-Fundações, descrição do panorama internacional de linhas de pesquisa em áreas muito específicas ou de forte caráter multidisciplinar, etc.;

que ao final de cada período de avaliação a CAPES divulgasse um documento geral no qual estariam descritos quantitativamente os indicadores de todos os cursos avaliados na área;

que nos casos de cursos que tiverem conceito rebaixado para D e conseqüentemente excluídos da cota de bolsas, esta exclusão não fosse imediata, mas sim ao menos um ano após o rebaixamento. A exclusão imediata penaliza duplamente os cursos, pois, ao privar o curso da continuidade de alunos que já se encontram em meio a uma dissertação/tese, elimina também a chance dos trabalhos destes alunos contribuírem nos indicadores de uma futura recuperação de conceito;

que não seja introduzida a internacionalização da avaliação, dado que a mesma não acrescentaria substancialmente novos parâmetros e também seria de difícil operacionalização;

que a consultoria internacional seria mais adequada na avaliação dos projetos de financiamento (como por exemplo os projetos institucionais FINEP), dado que nestes se consideram basicamente planos/linhas de pesquisa, que não é necessariamente o que é avaliado na pós-graduação.

No período da tarde, a reunião contou com a participação do Prof. Ricardo Martins, Diretor de Programas da CAPES. Da análise do Prof. Martins destaca-se:

- que a demanda qualificada cresceu enormemente em 1995, como por exemplo, no programa PICDT era esperado algo em torno de 600 bolsas e foram mais de 1000 as solicitadas;

- que uma vez atendido os valores históricos (dos últimos 2 ou 3 anos) das cotas de bolsas, a CAPES tem apenas uma margem de 10-12% do total de bolsas existentes no programa de demanda social para atender novas solicitações. Só neste primeiro semestre de 1995 existem mais de 70 novos cursos em análise ou recomendados para entrar no sistema;

- que a distribuição de novas bolsas para agosto de 1995 atenderá as seguintes prioridades: cursos com mudanças substantivas que foram atendidas no início de 1995; cursos novos ou em consolidação que atenderam reformulações propostas pela CAPES; cursos novos com poucas bolsas (tipicamente de 3 a 5) que não foram contemplados com aumento nos últimos dois anos;

- que não está prevista a expansão da base física de bolsas para o próximo ano de 1996;

- que a CAPES está concluindo uma análise quantitativa de fluxo, relacionando o número de bolsas efetivamente concedidas com o número de pessoas efetivamente tituladas por ano. Esta análise que compreende o período 1991-1995 revela baixa produtividade em algumas áreas, e deve prosseguir através de uma análise mais qualitativa de modo a subsidiar a futura proposta de metas físicas para os próximos anos;

- finalmente, que existe a decisão conjunta da CAPES e CNPq de divulgar no início de dezembro deste ano a concessão de cota (normal) de bolsas para março de 1996, de modo a permitir que os cursos possam ter um melhor planejamento dos seus semestres letivos.

Das discussões que se seguiram neste período da tarde ficaram estabelecidas as seguintes

#### SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES:

que quando da proposição de um novo curso seja realizada necessariamente a visita de uma comissão da CAPES ao grupo/instituição proponente;

que a proposta de cursos em parceria deve ser implementada sem uma 208 regulamentação rígida e que os casos que vierem a ser efetivados tenham um acompanhamento de perto para avaliar seu desempenho.

Mas, de qualquer modo, recomenda-se evitar-se a criação de cursos para atender somente necessidades locais de titulação, como aquelas que ocorreriam apenas para titular docentes que não podem se afastar para realizar um curso de pós-graduação regular e bem estabelecido;

que seja incentivada a demanda/utilização dos programas de intercâmbio internacional, que não tem tido uso pleno;

que na área da física a concessão de bolsas no exterior deve continuar refletindo a seguinte prioridade atualmente adotada: bolsas de pós-doutorado para aqueles que fizeram doutorado inteiramente no Brasil;

bolsas para doutorado sanduíche no exterior;

bolsas de pós-doutorado para aqueles que fizeram doutorado sanduíche no exterior;

que bolsas para doutorado integral no exterior seja concedida apenas em casos excepcionais;

que as bolsas para doutorado sanduíche no exterior sejam preferencialmente concedidas para alunos irem a grupos no exterior que já tenham um prévio - e comprovado - trabalho comum com equipes/laboratórios brasileiros;

que as solicitações de bolsa sanduíche no exterior venham necessariamente acompanhados de parecer/avaliação detalhado da respectiva Coordenação/Comissão de Pós-Graduação na qual o aluno realiza o doutorado. Solicitações sem este parecer devem ser rejeitadas liminarmente pela CAPES;

que os relatórios enviados a CAPES por alunos em programa sanduíche no exterior também sejam necessariamente remetidos pelos mesmos a Coordenação do seu curso;

que nos casos em que houver um relator "ad-hoc" quando da concessão de bolsas no exterior, o mesmo acompanhe os relatórios do bolsista até o término da concessão;

que seja formalizado um programa de "sanduíche interno", ou seja que alunos em programa de doutorado possam ir a outras instituições brasileiras para realização de parte do seu trabalho de tese;

que acoplado a este programa de "sanduíche interno" seja formalizada uma modalidade de auxílio/bolsa para que o orientador possa ir durante o "sanduíche interno" ao grupo/laboratório que recebe o doutorando. Esta modalidade certamente aumentaria a realização de trabalhos em cooperação e otimizaria a utilização dos diferentes recursos, sobretudo de equipamentos, existentes nas diversas instituições brasileiras;

que mesmo reconhecendo as dificuldades operacionais - as informações pertinente aos cursos sejam enviadas paralela e simultaneamente aos coordenadores dos mesmos, e não somente através das pro-reitorias;

que as taxas acadêmicas da CAPES sejam repassadas diretamente aos cursos como acontece com as taxas de bancada do CNPq. Sugere-se a utilização das Fundações, quando possível, para esse repasse, por serem mais ágeis na execução das ações.

Brasília 21 de Junho de 1995.

Prof. Livio Amaral (IF-UFRGS)  
Relator

Prof. Oscar Hipolito (IFSC-USP)  
Coordenador

### **II.3 Informações sobre a XXX Reunião Ordinária Conselho Técnico-Científico da CAPES**

O Conselho Técnico-Científico (CTC) da CAPES é um órgão colegiado formado pelos Coordenadores das grandes áreas de pós-graduação, um representante dos Pro-Reitores de Pós-Graduação, pelos Diretores e o Presidente da **Capes**. A função mais importante

deste Conselho e a discussão e elaboração da política de pós-graduação do país, remetendo-a para apreciação e deliberação do Conselho Superior, órgão decisório máximo da **Capes**. Esta foi a primeira reunião deste ano e conseqüentemente a primeira reunião com a nova direção da **Capes** que tem como presidente - Abilio Afonso Baeta Neves, Diretor de Programas - Ricardo Martins, Diretor de Avaliação - Darcy Dillenburg e Diretor de Administração - José Roberto Alves Corrêa. Com a mudança da diretoria praticamente não houve alterações no quadro de funcionários, o que significa dizer que as chefias de divisões de coordenadorias continuam sendo exercidas pelas mesmas pessoas. Este é um ponto positivo no sentido da manutenção da memória e da continuidade do trabalho.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens :

- 1- Pós-Graduação stricto sensu não acadêmico (Capacitação Profissional Avançada).
- 2- Cursos interdisciplinares
- 3- Cursos de parceria
- 4- Banco de Consultores
- 5- Assuntos Gerais:
  - \* Composição do Conselho Superior
  - \* Renovação do CTC
  - \* Avaliação
  - \* Criação de Cursos Novos

O Presidente abriu a reunião apresentando sua visão dos problemas atuais e mais agudos que afligem o sistema de pós-graduação do país e que necessitam ser equacionados e resolvidos.

O primeiro ponto por ele abordado trata do desafio de nacionalização da pós-graduação. Discorreu sobre a necessidade de difusão dos programas por todas as regiões do Brasil. Hoje há uma grande concentração de pós-graduação no Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo (75% dos cursos estão na região Sudeste e destes 90% em São Paulo) . Como exemplo de grande concentração falou-se ainda do número de doutores formados em 94 no país : aproximadamente 1.600, sendo que 1.300 saíram das Universidades Paulistas (815 da USP).

Uma das ações será buscar a desconcentração através de programas regionais. O projeto Norte de Pós-Graduação foi retomado e deve-se implementar os Projetos Nordeste, Sul e Centro Oeste.

O segundo ponto levantado foi o da flexibilidade na pós-graduação. Aqui o Presidente ponderou sobre a necessidade de se discutir a pós-graduação profissionalizante. Esse assunto foi largamente abordado pelos presentes quando da ordem do dia da reunião.

Outra questão apresentada como preocupante por parte da atual diretoria trata da atualização do sistema de avaliação. Se por um lado a Capes inovou ao introduzir o sistema de avaliação por outro há necessidade de atualizá-lo. Hoje quase 80% dos Cursos de pós-graduação tem conceitos A e B.

A produtividade do Sistema de Pós-Graduação foi outro ponto preocupante levantado pelo presidente. A produtividade com relação a bolsas e hoje menor do que 50%, considerando 2 anos e meio para mestrado e 4 anos para doutorado. O sistema de pós-graduação dispõe de aproximadamente 40 mil bolsas entre Capes e CNPq para um universo de 58 mil alunos. Existem áreas em que todos os alunos são bolsistas, comentou o Presidente.



Após a apresentação de seus pontos de vista, o Presidente deu início a discussão dos itens da pauta.

1) Na discussão sobre a pós-graduação profissional ficou claro que em algumas Instituições já se desenvolvem esses programas, e que eles são auto-financiados. Há no CTC um consenso quanto a necessidade, o mérito e a urgência de programas de pós-graduação profissional- formação de pessoal para o setor empresarial, quer público ou privado. Foi enfatizado que a implantação de um programa dessa natureza não venha disputar verbas de fomento com o sistema atual da pós-graduação. O presidente comunicou a formação de uma comissão externa para elaborar uma proposta para a pós-graduação profissional e que tão logo esteja pronta trará para discussão no CTC.

2) Com relação aos Cursos Interdisciplinares, houve uma proposta de se estabelecer uma subcomissão do CTC, formada por pessoas com experiência em programas interdisciplinares, para coordenar o processo de acompanhamento e avaliação. Entre outras funções, caberá a essa comissão a indicação de consultores "ad hoc", realização de visitas, análise de projetos de intercâmbio ou outros, avaliação com emissão de pareceres, com apoio dos "ad hoc". Ficou também aprovada uma estratégia de ações para o período 95/96.

3) O estabelecimento de programas cooperativos através de convênios, parcerias, consórcios e alianças na pós-graduação foi discutido e de forma consensual foram propostas diretrizes que garantam a qualidade dessas iniciativas. Dois tipos de situações foram enfocadas: a integração vertical quando um programa mais forte nucleia outro e a articulação horizontal, entre programas iguais. As parcerias devem ser sustentadas por pesquisa e ensino de qualidade, com pelo menos um dos cursos sendo A ou B. No caso de parcerias recomendadas, poderão ser concedidas bolsas, apoio a infra-estrutura e viagem de professores. Os projetos em parceria serão acompanhados pela Capes, através de comitês disciplinares ou interdisciplinares criados para esse fim.

4) Com relação ao banco de consultores, a Capes irá agilizar a implantação do banco com o intuito de facilitar a escolha de consultores "ad hoc", bem como para procedimento de visitas e credenciamento dos cursos.

5) O Conselho Superior da Capes é o colegiado de decisão máxima e é formado por 15 membros. Destes, 7 são membros natos: Presidente da Capes, Secretário da SESU, Presidente do CNPq, Presidente da Finep, Chefe da Cooperação Científica Técnica e Tecnológica do MRE, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, e um representante do CTC, 5 membros da área acadêmica e 2 do setor produtivo são designados: Entre estes está o Prof. Francisco Cesar de Sá Barreto (UFMG) atual presidente da SBF e um representante dos Pro-Reitores de pós-graduação.

Renovação do CTC - O mandato dos atuais representantes encerrar-se-á em 10 de setembro próximo. A Capes irá promover uma consulta aos cursos e entidades representativas da pós-graduação para a composição dos novos membros. O mandato é de dois anos, permitida uma recondução. Nesse ponto houve uma discussão no sentido de se estabelecer mecanismos de renovação que preserve a memória para que se tenha a continuidade do processo.

Avaliação- quanto ao processo de avaliação ficou claro que cada área deve estabelecer seus critérios dentro de suas especificidades porém, há que se privilegiar sempre a excelência e a capacitação dos cursos. Um dos pontos levantados foi o de se encontrar a

forma de apoiar os cursos com base nos resultados de avaliação. Uma vez detectados problemas, quais as ações que devem ser produzidas para que o curso possa superá-los?

Cursos novos - discutiu-se qual a política a ser adotada para a criação de novos cursos. De novo o assunto deve ser remetido a cada área do conhecimento para que se analise criteriosamente sobre as necessidades da criação de novos cursos tendo em vista uma série de parâmetros (qualificação e competência do quadro docente são sempre pré-requisitos) como interesse para a área, interesse regional, custos, proximidade com outros centros, etc. Antes do encerramento da reunião o CTC aprovou por unanimidade nossa proposta contrária ao estabelecimento do teto da bolsa de pesquisa do CNPq. O presidente da Capes, como membro do Conselho Deliberativo (CD) do CNPq levará àquele colegiado esta posição do CTC da Capes na próxima reunião do CD.

Maiores informações contatar :

OSCAR HIPOLITO  
Coordenador de Area da Física e Astronomia  
e-mail OSCAR@IFSQC.USP.SC.BR  
FONE (0162) 749198 OU 749194  
FAX (0162) 713616 OU 722218

#### **II.4 Carta do Presidente da CAPES, Prof. Abilio Baeta Neves, à Comunidade de pesquisadores, relativa à matéria da Revista Veja "Inflação de Mestres e Doutores"**

**CAPES**

Brasília, 28 de junho de 1995.  
N Ref. Of.C./- /PR/173/95.

Prezado(a) Professor(a),

Foi com surpresa e frustração que li a matéria da Veja "Inflação de Mestres e Doutores", sobre a Pós-Graduação brasileira, publicada na edição número 1398.

A surpresa tem a ver com uma citação atribuída a mim enquanto presidente da CAPES, nos seguintes termos: "Conceito A não significa que o curso seja excelente, mas apenas que tem as condições mínimas para funcionar.... Daí para baixo, com exceção de um ou outro curso de conceito B, todos os cursos são muito ruins."

Esta é uma afirmação que eu jamais fiz ou faria. A minha vinculação à matéria feita só resumiu a uma rápida entrevista por telefone para uma jornalista da revista sobre vários sistemas, inclusive o da avaliação dos cursos de pós-graduação. Não tive qualquer

possibilidade de conferir o que a jornalista anotou. O certo é que a referência ao meu depoimento é totalmente descabida e tendenciosa.

Em nenhum momento eu disse que a nossa Pós-Graduação é majoritariamente ruim e que o conceito A deixou de ter qualquer utilidade na aferição de qualidade e excelência dos cursos de mestrado e doutorado.

O que tenho sustentado e reiterado em todas as minhas manifestações públicas sobre a Pós-Graduação no que toca a avaliação é que:

- a Pós-Graduação brasileira foi o empreendimento de maior sucesso no nosso ensino superior nos últimos 30 anos e seus resultados são inestimáveis para o desenvolvimento científico-tecnológico e sócio econômico do País;
- o modelo de avaliação da Pós-Graduação é um patrimônio nacional, um processo mais do que legitimado pela comunidade acadêmica que vem cumprindo um papel central no desenvolvimento e na melhoria continuada da qualidade dos cursos de mestrado e doutorado;
- este modelo precisa adaptar-se a nova realidade da Pós-Graduação, que já superou em muito, as precariedades e deficiências características dos anos setenta;
- esta adaptação supõe tornar mais rigorosos os critérios de avaliação aproximando os sempre mais dos padrões e exigências internacionais de excelência;
- esta adaptação supõe igualmente, reconhecer e considerar as peculiaridades que marcam as diferentes áreas de conhecimento cobertas pela Pós-Graduação
- este processo de adaptação já teve início como demonstra a última avaliação feita, quando o uso de critérios mais exigentes fez com que muitos cursos consagrados com conceito A fossem avaliados como B. Isto não significou um rebaixamento da qualidade geral do sistema e sim um maior grau de exigência no processo de avaliação.
- A matéria da Veja, se quisesse prestar um serviço ao debate sobre a Pós-Graduação brasileira deveria ser mais correta na apresentação dos depoimentos colhidos, de dados e outras informações. Ao contrário, ela está carregada de observações e comentários apressados e sensacionalistas e informações totalmente equivocadas.

O que poderia ser um documento crítico e estimulador de uma reflexão construtiva acabou se revelando um painel descosturado e claramente tendencioso.

Espero que se possa, em outra oportunidade dar o espaço necessário para uma matéria crítica sobre a nossa Pós-Graduação e que saiba fazer justiça a sua enorme contribuição para o desenvolvimento do ensino superior e da ciência e tecnologia no nosso País.

### III. Armas Nucleares

#### UMA CONVENÇÃO MUNDIAL PARA ELIMINAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Encontro realizado na 47ª Reunião Anual da SBPC,  
São Luiz do Maranhão, 11 de julho, 1995

Fernando de Souza Barros  
Instituto de Física  
Universidade Federal de Rio de Janeiro  
e-mail fsbarros@if ufrrj br

#### CONVENÇÃO PARA QUE?

**A Convenção de Armas Nucleares substituiria o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares, TNP.** Pelo TNP, as potências nucleares não estão obrigadas a cumprirem uma agenda para eliminação de seus arsenais.

Em 12 de maio último, representantes dos 178 países membros do tratado, reunidos na sede da Organização das Nações Unidas em New York, aprovaram a extensão do TNP na sua forma atual. Perdeu-se assim uma grande oportunidade de aperfeiçoar o TNP, conforme estabelecido há 25 anos, quando foi instituído. Este fato, na prática, resulta em um adiamento do desarmamento nuclear global. O TNP, portanto, não pode ser reconhecido como um dispositivo definitivo.

**É necessário um instituto mais abrangente e efetivo que garanta, além da não proliferação das armas nucleares, uma agenda de desarmamento das nações nuclearizadas.** Esse passo seria dado por uma Convenção de Armas Nucleares, em analogia com as duas outras convenções de armas de poder massivo de destruição: a das armas químicas e a das armas biológicas, ambas em fase de homologação por todas as nações.

Nos países industrializados, a eliminação universal de armas nucleares está sendo considerada como projeto necessário. Cresce a convicção de que arsenais nucleares não contribuem para a segurança nacional. Está sendo reconhecido também que um fator importante para a proliferação das armas nucleares é a própria existência dos arsenais legitimados pelo TNP. Por outro lado, a decisão por uma convenção, iria ao encontro do disposto no *artigo IV do TNP*, isto é o desarmamento nuclear total de todos os países signatários do tratado.

#### O QUE É "CONVENÇÃO DE ARMAS NUCLEARES" ?

O princípio básico para uma convenção nuclear é a abolição universal dessas armas. Enquanto existirem nações com "mandato de porte" de armas nucleares, haverá o interesse por parte de outras nações de conseguirem a "opção nuclear". **Uma convenção de armas nucleares seria o instrumento universal para o desarmamento global, no qual todas as nações teriam os mesmos direitos e deveres.** A Convenção determinaria a ilegalidade de

possessão e de produção de armas nucleares, de sua utilização ou de ameaça do seu uso. Determinaria também a eliminação de veículos para lançamento dessas armas e dos estoques de explosivos nucleares

### **COMO SE FAZ UMA CONVENÇÃO?**

Durante a primeira semana da Conferência de Extensão do TNP, em maio de 1995, 100 cientistas, engenheiros, especialistas em armas nucleares e em veículos lançadores, assim como representantes de organizações não governamentais, reunidos em conferência paralela em New York, iniciaram uma campanha para a abolição dessas armas. Foi apresentado um estudo preliminar sobre as bases da convenção nuclear, estudo realizado por cinquenta cientistas e especialistas da "International Network of Engineers and Scientists against Proliferation", INESAP, com sede na Alemanha. As principais etapas para a convenção são apresentadas a seguir.

**O primeiro passo para a convenção será uma resolução no âmbito das Nações Unidas estabelecendo uma agenda para negociações no âmbito da Conferência de Desarmamento das Nações Unidas.** Esse foi o procedimento adotado nas negociações das convenções das outras armas de destruição massiva. O estabelecimento de uma convenção mundial nuclear, depender entretanto da existência de vários acordos internacionais. Um deles, o de suspensão de testes nucleares, previsto para 1996, foi homologado na Conferência do TNP, em maio último. Entre aqueles que ainda não foram negociados, os mais importantes são relacionados a seguir.

#### **I. Acordo para suspensão total de produção de materiais para explosivos nucleares**

Qualquer solução duradoura para a eliminação global de armas nucleares e controle de suas tecnologias necessitará de um acordo internacional preliminar que suspenda a produção de materiais explosivos nucleares. Esses explosivos são: o urânio altamente enriquecido em urânio 235, o plutônio com qualquer composição isotópica, e o trítio, um eficiente "catalizador" do processo de explosão. Nos EEUU e na Rússia, os estoques desses materiais são enormes. Um acordo que suste a produção desses explosivos nesses países é atualmente viável sob todos os aspectos. Uma iniciativa russa-norte-americana será fundamental para conseguir-se a formalização do acordo pelas demais nações nuclearizadas.

#### **II. Acordos de eliminação gradual de arsenais nucleares.**

Pelos acordos atuais entre os EEUU e a Rússia, esses países terão cerca de 6500 bombas nucleares no ano 2003. Essa quantidade ainda seria 5 a 8 vezes maior que a soma dos arsenais das demais nações nuclearizadas. Entretanto um outro acordo, em discussão entre os EEUU e a Rússia, para eliminação de outras 1000 bombas nucleares, já possibilitaria a inclusão das demais nações nuclearizadas em acordos futuros. Israel, Índia e Paquistão países detentores de tecnologias nucleares em condições de montagem de arsenais, certamente acompanhariam França, Inglaterra e China, e participariam dessas futuras decisões.

A experiência que está sendo adquirida na Rússia e nos EEUU, para cumprir compromissos assumidos pelos acordos atuais demonstra que o desmonte universal de bombas atômicas exige soluções diplomáticas e técnicas que só podem ser implementadas de forma gradual. Esses problemas abrangem (1) abertura de arsenais para verificação internacional; (2) armazenagem dos explosivos nucleares retirados das bombas; (3) reprocessamento dos

explosivos nucleares impedindo usos militares futuros desses materiais; e (4) estocagem definitiva desses materiais reprocessados.

**É possível entretanto dar-se um primeiro passo nessa direção, compatível com as atuais posições assumidas pelas nações nuclearizadas: seria a criação de um sistema de armazenamento de bombas atômicas nos respectivos países de origem, monitorado internacionalmente.** Nesses estoques, as bombas atômicas estariam desativadas mas permaneceriam ainda sob controle nacional. O início simultâneo das negociações para a passagem desse regime de monitoramento para um regime definitivo a ser estabelecido pela convenção, garantiria a natureza provisória deste passo.

### **III. Sistema para controle de tecnologias de mísseis.**

A multiplicidade de sistemas capazes de transportar bombas atômicas e de lança-las sobre alvos distantes dificulta o estabelecimento de acordos internacionais para controle dessas tecnologias.

**Somente um esforço equivalente a instituição de outra convenção, uma convenção de mísseis balísticos, permitiria dimensionar o controle e a eventual eliminação de mísseis para lançamento de bombas nucleares.**

Um estudo da federação de cientistas americanos (FAS) sobre a eliminação desses mísseis, merece o apoio internacional e poderia servir como base para a discussão de uma convenção. O esforço atual concentra-se na área de controle da tecnologia de mísseis, entretanto existem vários tipos de veículos (principalmente aviões) que podem ser adaptados como plataformas lançadoras. Foi criado em 1993, no âmbito da Organização das Nações Unidas, um registro internacional de armas convencionais. Essa iniciativa poderia ser ampliada para monitorar os potenciais veículos lançadores de bombas atômicas

### **DECISÕES DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PARA REVISÃO E EXTENSÃO DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES (TNP); PERSPECTIVAS PESSIMISTAS, MAS SURGE PROPOSTA DE CAMPANHA PARA CONVENÇÃO MUNDIAL CONTRA ARMAS NUCLEARES .**

**(Fernando de Souza Barros, 12 de maio de 1995)**

Representantes diplomáticos de 175 países membros do tratado, reunidos desde 17 de abril na sede das Nações Unidas em New York, aprovaram a extensão indefinida do TNP na sua forma atual, embora pudessem aperfeiçoá-lo, conforme estabelecido há 25 anos, quando foi instituído. A reunião se encerra nesta sexta-feira, 12 de maio de 1995. Durante essas quatro semanas sucederam-se inúmeros debates sobre essas questões, entretanto a grande questão debatida nos corredores do prédio das Nações Unidas foi se já havia ou não um número suficiente de votos para simplesmente aprovar a extensão indefinida e incondicional do TNP, como queriam as potências nucleares. A caça sistemática desses votos para a proposta de extensão indefinida e incondicional, de acordo com notícia do PACIFIC REPORT, Vol.8, No.7, de 8 de maio passado, levaram os Estados Unidos a criticarem por carta a ausência da delegação da pequena Kiribati! (O governo deste país no pacífico que tem apenas 76.000 habitantes, alega problemas financeiros para manter, durante um mês, uma delegação diplomática em New York.)

O Brasil, por não ser país membro do TNP, não participou da conferência e foi ausência notada, como foram também Israel, Paquistão e Índia, três países detentores de fato, de tecnologia nuclear militar

A Argentina, que homologou recentemente o tratado, participou da conferência e apoiou, desde o início, a moção vencedora do Canadá e da África do Sul, favorável a uma extensão indefinida do TNP. Esta moção já tinha o apoio explícito de mais de 100 dos países participantes quando foi apresentada.

México apresentou uma moção de extensão indefinida com recomendações. Entre estas, destaca-se a de realização de conferências quinquenais para revisão do tratado e avaliação dos compromissos, a serem assumidos pelas potências nucleares, de banirem testes nucleares a partir de 1996, de suspenderem a construção de novas armas nucleares, e de gradualmente reduzirem seus arsenais de bombas atômicas, até sua eliminação.

A Indonésia apresentou moção para extensão por períodos fixos de 25 anos. Esta moção, do grupo dos 11 países membros identificados atualmente como "países não alinhados".

Os países da Liga Árabe, 14 presentes como membros do TNP, apresentaram moção (também aprovada!), recomendando a criação para o oriente médio de uma zona livre de armas de destruição massiva (nucleares, biológicas e químicas). Nesta moção destaca-se a preocupação de que Israel não tenha assinado o TNP. (A representação da República Islâmica do Iran criticou em plenário a tolerância das potências nucleares ao programa nuclear militar de Israel.)

A presidência da conferência, na pessoa do embaixador Jayantha Dhanapala de Sri Lanka, se esforçou para conseguir uma decisão consensual sobre a extensão do TNP. Uma das razões para tentar-se o consenso foi uma delicada questão: se a votação seria secreta ou não. A proposta vencedora da presidência foi de que o plenário desta Conferência do TNP reconhecesse a existência de uma maioria de países membros favoráveis a extensão indefinida !!! Consultas para reunir as moções foram realizadas até quinta-feira, 11 de maio

A experiência dessas quatro semanas de acompanhamento por e-mail da Conferência do NPT é decepcionante. As potências nucleares não estão interessadas em eliminarem as armas nucleares. Como exemplo, China e França não aceitam, sequer, a suspensão de testes nucleares. Uma extensão indefinida e incondicional do NPT pode, na prática, resultar em um adiamento indefinido do desarmamento nuclear global.

Durante a Conferência do TNP surgiram as primeiras postulações de que o TNP deve ser reconhecido como um dispositivo temporário e de que é necessário um novo mecanismo mais abrangente e efetivo que garanta uma agenda de desarmamento das nações nuclearizadas, além da não proliferação das armas nucleares. Este mecanismo seria uma convenção mundial contra armas nucleares. Durante a primeira semana da conferência do TNP, 100 cientistas, engenheiros, especialistas no campo de armas nucleares e representantes de organizações não governamentais, reunidos em New York em conferência paralela, iniciaram uma campanha para a abolição de armas nucleares. Nessa conferência paralela foi apresentada uma proposta de convenção mundial contra armas nucleares, em analogia as convenções contra armas químicas e biológicas, essas últimas já em fase avançada de homologação. Foi apresentado um estudo preliminar para as bases dessa convenção nuclear, realizado por cinquenta cientistas e especialistas da rede Internacional de Engenheiros e Cientistas (International Network of Engineers and Scientists against Proliferation, INESAP). Um resumo desse estudo será apresentado em número de

Ciência Hoje. Uma mesa redonda sobre a proposta de uma convenção nuclear está sendo programada para a próxima reunião anual da SBPC, em julho de 1995, na cidade de São Luis do Maranhão.

#### **IV. Rede Latino-Americana de Física**

Realizou-se na cidade do México, nos dias 14-15 de agosto de 1995, a II Reunião do Comitê Coordenador Regional de Redes Científicas (UNESCO).

Durante a reunião foi proposto pelo diretor do CLAF, Prof. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho e Presidente da Filosofia, Prof. Nestor Gaggioli, a criação da rede Latino-Americana de Física.

##### **Propuesta de Creación de La Red Latinoamericana de Física (RELAFI)**

El Director del Centro Latinoamericano de Física (CLAF) y el Presidente de la Federación Latinoamericana de Sociedades de Física (FELASOFI) se comprometen a presentar esta propuesta de creación de una Red Latinoamericana de Física (RELAFI) al Concejo Directivo del CLAF y al plenario de la FELASOFI.

La RELAFI será dirigida por un Comité Ejecutivo, formado por el Director del CLAF, por el Presidente de FFLASOFI por un miembro del Consejo Directivo del CLAF y por un miembro de FELASOFI estos últimos nombrados por el CLAF y la FELASOFI, respectivamente. Cuando se lo considere necesario, se invitarán como observadores con voz pero sin voto a representantes de organismos internacionales: UNESCO, TWAS, CYTED, OEA, IUPAP (ICSU) Parlamento Latinoamericano, etc. El Comité Ejecutivo se ocupará de establecer contactos con representantes de otras redes científicas y de organismos de fomento con los siguientes objetivos:

1 - Dar amplia divulgación a las actividades científicas em Latinoamérica, en Física y en temas relacionados, a las actividades del CLAF y de la FELASOFI. buscando alcanzar el mayor número posible de científicos e instituciones y valiéndose de medios electrónicos y otros.

2 - Mantener y actualizar un banco de datos que contenga informaciones sobre e1 Directorio de físicos e instituciones de Física en Latinoamérica.

3 - Promover misiones científicas a países con menor desarrollo en Física de la región, buscando atraer Jovenes para que sean entrenados en los países más adelantados de la región, crear evetos en temas de Física y afines, ayudar en la organización de sociedades de Física y en el esfuerzo de grupos locales para promover y desarrollar la Física en estos países.



4 - Coordinar esfuerzos conjuntos de las comunidades científicas en Latinoamérica, involucrando CLAF, FELASOFI y organismos de fomento nacionales e internacionales, de desarrollo de temas interdisciplinarios de interés regional.

5 Organizar eventos o proyectos interdisciplinarios que sean de particular interés para la región, además de los ya organizados por los organismos integrantes de la FELASOFI.

La RELAFI será un instrumento del CLAF y de la FELASOFI destinado a servir como instancia coordinadora de esfuerzos integrados de ambas instituciones.

Ciudad de México, 15 de agosto de 1995.  
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho  
Director del CLAF

Nestor Gaggioli  
Presidente de FELASOFI

## **V. Artigos**

O Prof. Alaor S. Chaves, da Universidade Federal de Minas Gerais, diante das aposentadorias precoces, dos altos salários dos burocratas universitários e do processo de escolha dos administradores acadêmicos, resolveu divulgar o texto abaixo, de sua autoria.

### **O Grande Ministro**

Nélio Ubaldo de Loureiro Leme graduou-se em 1962. Já então o simpático Nelinho demonstrara um inegável pendor para a vida acadêmica, feliz conúbio de dotes e vocação! O ambiente universitário, leve e aberto, era o local perfeito para uma mente devotada à livre reflexão sobre a natureza e o homem.

Selecionado para o ingresso no curso de mestrado, Nelinho obteve uma bolsa do CNPq que lhe permitiria por três anos aprofundar-se no estudo pós-graduado. O prazo era insuficiente para um trabalho de bom nível, mas poderia ser estendido com a obtenção de outra bolsa, da CAPES. Nem foi necessário utilizar o prazo máximo da nova bolsa. A maturidade já atingida garantiu a Nelinho uma vaga em concorrido concurso para Professor Assistente, no seu departamento. Três anos após o que, defendeu sua tese, em festiva cerimônia à qual compareceram amigos e parentes, além da quase totalidade dos colegas e alunos. Foi comovente ouvir o orientador de tese louvar a dedicação de Nelinho frente às inúmeras dificuldades e barreiras inevitáveis numa pesquisa séria, especialmente num país sem maior tradição em trabalho pós-graduado. Nada, porém, se comparou à emoção que inebriou Nelinho e parte da audiência quando um examinador de fora, sumidade nacional, declarou que com um pouco mais a tese seria de doutorado.

Nelinho tornou-se finalmente parte do corpo docente do mestrado em seu departamento. Aos poucos, estudantes foram surgindo, solicitando orientação em trabalho de tese. A bem da perfeição, declarou Nelinho, mister seria limitar o número de orientados. A cota inicial de quatro estudantes foi posteriormente ampliada para seis, dada a insistente postulação de discípulos especialmente talentosos.

Foi duro para Nelinho abdicar de seus projetos e transferir a responsabilidade de orientação de seus alunos para outros colegas. Porém, o ideal de fazer doutorado no exterior bradou mais forte e, em 1974, desembarca no velho mundo o nosso Nelinho. O CNPq mantinha pouca flexibilidade quanto à duração máxima da bolsa que lhe concedera. Apesar da carta de seu orientador, atestando a excelência do trabalho realizado, a inflexibilidade do CNPq obrigou Nelinho a retornar ao país, após cinco anos e meio de intenso estudo. Porém, todos os créditos de curso já estavam garantidos e a pesquisa poderia ser concluída aqui, julgaram Nelinho e seu orientador.

O retorno ao Brasil impôs a Nelinho um ritmo mais lento na pesquisa, uma vez que seu tempo e energia eram divididos entre várias atividades profissionais. Além do mais, a visão de cidadania participante e responsável levou Nelinho a se engajar progressivamente na política universitária e mesmo na política sindical de sua classe. Aliás, a vivência nesta atividade possibilitou que Nelinho questionasse a limitada validade de uma pesquisa alienante e meramente formal. Com a insistência de amigos, a aprovação de muitos colegas docentes e o apoio da totalidade de alunos e funcionários, Nelinho se candidatou à Chefia de seu departamento. Conseguiu derrotar facilmente um veterano adepto da chamada ala elitista, atavicamente apegada a valores universitários alheios à nossa realidade.

Nelinho sucedeu em implementar uma gestão aberta e participante, na qual o departamento pode rever uma postura pretensiosamente meritocrática. Várias questões no departamento atendiam até então a um processo rígido e formal que deveria ser revisto. Promoções de docentes, por exemplo, dependiam de requisitos de titulação que impediam uma avaliação de mérito mais profunda.

Nelinho convocou a Assembléia do Departamento para discutir esta e outras questões. Ficou decidido que todo mestrando que tivesse já concluído os seus créditos de curso faria jus à promoção para Professor Assistente. Já a promoção para Adjunto iria requerer que o indivíduo fosse. Mestre já há cinco anos além, é claro, da aprovação de uma comissão indicada para esse fim. O clima e a moral do Departamento foram beneficiados com várias medidas tomadas pelo Chefe, que além do mais conseguiu ampliar consideravelmente o quadro de docentes e funcionários. O horário de trabalho dos funcionários passou a ser flexível, como sempre fora o dos professores.

Nelinho foi reeleito para um segundo mandato, ao qual concorreu como candidato único. A ausência de concorrentes atesta o grau de apoio dedicado ao Chefe. A contragosto, porém, viu-se

Nelinho compelido a renunciar à Chefia para concorrer ao cargo de diretor da sua unidade, compelido, aqui, é o termo correto para expressar a insistente solicitação de muitos amigos e admiradores. Nelinho sentiu que aquilo era na verdade um dever. No discurso de posse - ao qual os assessores adicionaram até mesmo umas pitadas de latim - Nelinho prometeu novos rumos para a Unidade. "... É necessário remover o mofo do academicismo e realizar um trabalho comprometido com a pungente realidade do País. As inúmeras chagas da nossa sociedade têm sido ignoradas por afetados escolásticos, que se dedicam a temas como o interior das estrelas, o calendário maia ou a extinção dos dinossauros. Nossa unidade, como de resto toda a universidade, está repleta desses autênticos Magister Ludi..." A menção à sociedade imaginada por Herman Hesse não foi compreendida por muitos, mas o tom especialmente enfático da voz foi suficiente para arrancar prolongados aplausos e até mesmo o tremular de algumas bandeiras do partido político no qual militava o Nelinho.

Personalidades tão marcantes despertam oposição natural, principalmente em um ambiente de rivalidades como a Universidade. A matriz da resistência ao trabalho criativo e inovador de nosso herói era a sociedade Magister Ludi, não faltando porém a participação de invejosos *et alii*. Não tardou para que as iniciais do nome de Nelinho se transformassem no apelido NULL, de intenções pejorativas. Em resposta ao que, o mesmo se fez chamar por Loureiro Leme, sobrenome coincidentemente capaz de expressar as suas glórias e seu papel de timoneiro da universidade.

Em 1995, Loureiro Leme completou seu mandato como Reitor e a trajetória de uma carreira singularmente fértil, se bem que cheia de lutas, incompreensões e oposição sectária. Infelizmente o estatuto da Universidade não permitia reeleição. Fiel ao seu destino de enfrentar desafios cada vez maiores, Loureiro Leme passou a erguer os olhos para o panorama nacional de educação, "com seus vícios, sua iniquidade, sua história de fracassos". A solução da maioria dos problemas da universidade dependia de ações a nível de governo. A bem da verdade, o que poderia realmente ser feito sem antes resolver os problemas de baixos salários, falta de verbas e de autonomia? O despreendido Loureiro Leme considerava que seu salário de aposentado não seria de todo aviltante. Mas isto porque o sistema de algum modo soubera reconhecer seu incansável trabalho de administrador, resultando em vencimentos cerca de duas vezes superiores aos de um professor titular raso com doutorado. Loureiro Leme não ignorava que boa parte dos

docentes limitava seus ideais ao mero exercício da pesquisa e do ensino; mas reconhecia que, de qualquer modo, haveria um limite para a acomodação de vocações de comando e liderança.

Não faltou quem lamentasse a perda de tamanho expoente e insistisse para que Loureiro Leme concorresse a nova posição docente. Esse, na verdade, vinha sendo o modo com o qual a universidade evitava a perda definitiva de alguns de seus luminares. Mesmo sensível ao argumento, Loureiro Leme sentia que sua luta iria agora se travar em outros cenários ainda mais árduos. Não se foga ao destino. Loureiro Leme seria Ministro!

07/05/95

Alaor Chaves

## **VI. Datas - Simpósio Comemorativos**

### **PAULO LEAL FERREIRA**

Paulo Leal Ferreira está completando 70 anos. É meio século de reflexão e busca do conhecimento. Da matéria, de seus esquivos constituintes. Meio século consagrado à pesquisa científica, à formação de pesquisadores. Enfim, devotado à causa do desenvolvimento científico do Brasil, que requer de seus cientistas que se dediquem, mais que à própria Ciência, à criação das simples condições que a propiciam. Portanto, decênios dedicados à concepção, implantação e florescimento de um centro de pesquisa, o Instituto de Física Teórica.

Paciente plantador do futuro, cuidou de seu olival da rua Pamplona por longos e difíceis anos. Um tanto misterioso pela modéstia que o impede de jamais falar de si mesmo, avesso à ribalta que fascina outros pais fundadores da nossa comunidade, ele se coloca por trás da própria obra que só ela lhe parece de interesse. Respeitemos essa posição, mas com um sorriso conivente. Que ele saiba que muito representam para seus colegas, amigos e alunos os exemplos de sua retidão na busca, tenacidade na devoção, força moral na adversidade e limpidez na vida,

Um Simpósio comemorativo desse aniversário teve lugar em São Paulo na semana do 7 ao 11 de agosto de 1995.

## **VII. Publicações da SBF no mandato da Diretoria de julho de 1993 a julho de 1995**

### **Revistas**

Brazilian Journal of Physics - Vol.23, nº 3, 4; - Vol.24, nº 1, 2, 3, 4; - Vol.25, nº 1, 2  
Revista Brasileira de Ensino de Física - Vol.16, (1 a 4); Vol.17, (1)  
Revista de Instrumentação e Física Aplicada - Vol.8, nº 3, 4; - Vol.9, nº 1, 2, 3

**Livros de Reuniões dos Encontros**

XVII Encontro Nacional de Física da Matéria Condensada  
XVIII Encontro Nacional de Física da Matéria Condensada  
XIV Encontro Nacional de Física de Partículas e Campos  
XV Encontro Nacional de Física de Partículas e Campos  
XV Reunião de Trabalho em Física Nuclear no Brasil  
XVI Reunião de Trabalho em Física Nuclear no Brasil.

**Proceedings de Encontros e Escolas**

VII J.A.Swieca Summer School Particles and Fields - 1993

**Estudos da SBF**

A Física no Brasil, nº 1, Maio 1994  
A Pós-Graduação em Física no Brasil, nº 2, Novembro 1994  
Avaliação dos Encontros Científicos da SBF: ENFMC, nº 3 Abril 1995